DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

EDITAL Nº 004/2022

III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO EM EXERCÍCIO , no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o **III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

Art. 1º DIVULGAR o **GABARITO DEFINITIVO E ESPELHO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO DISSERTATIVA** da prova de **PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO** conforme **ANEXO I** do edital.

Art. 2º DIVULGAR os **RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS**, conforme **ANEXO II** do presente edital.

Art. 3º DIVULGAR O RESULTADO FINAL PRELIMINAR, conforme **listas anexas.**

Art. 4º INFORMAR que os recursos em face da **QUESTÃO DISSERTATIVA** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 31 e 01 de outubro de 2022, unicamente através do formulário acessível no endereço https://forms.gle/jLBdexvN39YeWxRQ7.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 5º O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 31 de outubro de 2022.

CRISTIANE MARQUES MENDES
Defensora Pública-Geral do Estado do Maranhão em Exercício

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ANEXO I

GABARITO DEFINITIVO - PÓS GRADUAÇÃO DIREITO

**Os enunciados das perguntas e respostas podem ser exibidos de forma aleatória em cada caderno de provas, não necessariamente observando a ordem abaixo disposta.*

Alternativa correta identificada com um 'X'	Denominam-se princípios constitucionais sensíveis os princípios:
	Correspondentes à limitação ao poder de tributar.
	Constitucionais passíveis de supressão por emenda constitucional.
	Garantidores de direitos sociais.
X	Constitucionais que, se não observados por determinado estado da Federação, ensejem a decretação de intervenção federal nesse estado.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Consoante o Código de Processo Civil é incorreto afirmar:
	A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé;
	Admite-se formulação de pedido genérico quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu;
X	É possível o autor aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu, até o saneamento do processo.
	Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Acerca da Defensoria pública é incorreto afirmar:

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	A Defensoria Pública tem direito a prazo em dobro para todas as suas manifestações, exceto para aquelas em que a lei estabelecer prazo específico.
	Segundo a Constituição Federal, a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
	A Defensoria Pública pode requerer ao juiz a intimação da parte representada, quando o ato processual depender de informação ou de atividade que só ela possa providenciar.
X	Ainda que o tribunal disponha de sistema eletrônico de tramitação processual, os Defensores Públicos não são obrigados a se cadastrarem no respectivo sistema.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Assinale a alternativa incorreta
	A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
X	O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o poder concedido à Defensoria Pública de requisitar, de qualquer autoridade e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições gera desequilíbrio nas relações processuais.
	São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
	A Defensoria Pública dos Estados tem autonomia funcional e administrativa, sendo incabível à lei subordiná-la a qualquer Secretaria de Estado.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
QUESTÃO ANULADA	I - De acordo com o STF, no caso de transporte aéreo internacional envolvendo consumidor, normas e tratados internacionais limitadores da responsabilidade do fornecedor têm prevalência em relação ao CDC. II - Conforme a jurisprudência do STJ, a existência de corpo estranho no interior da embalagem lacrada de produto alimentício adquirido por consumidor

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	é circunstância apta, por si só, a provocar dano moral indenizável ao consumidor, ainda que este não tenha ingerido o produto. III - A sociedade empresária franqueadora é solidariamente responsável pelos vícios dos serviços prestados ao consumidor pela sociedade empresária franqueada, conforme a jurisprudência do STJ. Assinale a opção correta.
	Apenas o item II está certo.
	Apenas o item III está certo.
	Apenas os itens I e III estão certos.
	Todos os itens estão certos.

Alternativa correta identificada com um 'X'	EM RELAÇÃO AO VALOR DA CAUSA, MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA:
	Na ação de alimentos, o valor da causa corresponde à soma de 06 (seis) prestações mensais pedidas pelo autor;
X	Na ação de indenização por danos morais, o valor da causa corresponde ao valor pretendido;
	Na ação em que há cumulação de pedidos, o valor da causa correspondente ao maior deles;
	Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa correspondente à soma dos valores de todos eles;

Alternativa correta identificada com um 'X'	A RESPEITO DA RECONVENÇÃO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:
	Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa;
	Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias;
X	A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção;
	A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro;

Alternativa	A respeito da ação rescisória, marque a opção correta:

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

correta identificada com um 'X'	
	Só é cabível ação rescisória contra decisão de mérito transitada em julgado que violar manifestamente norma jurídica de direto material, não sendo cabível em caso de suposta violação de norma jurídica de direito processual;
	Não é possível ajuizamento de ação rescisória por terceiro juridicamente interessado;
	Cabe ação rescisória contra decisão de mérito transitada em julgado proferida por juiz suspeito;
X	É cabível ação rescisória contra decisão transitada em julgado, que embora não seja de mérito, impeça a propositura de nova demanda;

Alternativa correta identificada com um 'X'	No que tange ao cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos, assinale a alternativa incorreta:
X	A propositura do cumprimento de sentença de alimentos depende do inadimplemento de no mínimo três prestações anteriores ao ajuizamento;
	O cumprimento da pena de prisão civil não exime o executado do pagamento das três prestações vencidas e não pagas que ensejaram o ajuizamento do cumprimento de sentença.
	O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo;
	O cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado nos mesmos autos em que tenha sido proferida a sentença;

Alternativa correta identificada com um 'X'	Thiago tem 50 (cinquenta) anos de idade e vive em união estável com Antônia há 06 (seis) anos. Antônia tem um filho do relacionamento anterior, o adolescente Ian de 13 (treze) anos de idade. Thiago deseja reconhecer a paternidade socioafetiva de Ian. Ian tem pai registral vivo. Nesse caso, é corretor afirmar que:
	O reconhecimento de paternidade socioafetiva somente poderá ser realizado por meio de ação judicial;
X	O reconhecimento de paternidade socioafetiva pode ser feito de forma extrajudicial;
	Para o reconhecimento da paternidade socioafetiva por Thiago, deve haver obrigatoriamente a exclusão do nome do pai registral do assento de nascimento de Ian;
	Thiago não pode reconhecer a paternidade socioafetiva de Ian, pois ele tem pai registral;

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

Alternativa correta identificada com um 'X'	Thiago foi preso em flagrante duas horas depois de ter ceifado a vida de seu amigo Victor Hugo, na residência deste. Os agentes policiais que efetivaram a prisão chegaram a observar Thiago em uma boca de fumo, negociando alguns bens preciosos de Victor Hugo, incluindo um relógio Rolex e joias da marca Vivara. Em seu interrogatório perante o Delegado de Polícia, Thiago afirmou que inicialmente tentou subtrair esses bens sem que Victor Hugo percebesse. Todavia, no decorrer da subtração, foi surpreendido por Victor Hugo, de modo que decidiu ceifar a sua vida para viabilizar o delito patrimonial perpetrado. Não foram colhidos outros elementos informativos relevantes no inquérito. Remetidos os autos para o Ministério Público, o Parquet ajuizou a ação penal, sustentando a classificação da conduta no tipo do art. 157, §3º, II, do Código Penal – latrocínio. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:
	Por se tratar de delito complexo, em razão de ofensa aos bens jurídicos do patrimônio e da vida, o processo deve desde já tramitar na forma do procedimento do Tribunal do Júri, artigos 406 e seguintes do Código de Processo Penal.
	Uma vez tipificado o delito pela acusação, é impossível a alteração dessa classificação durante o trâmite processual.
X	Se no decorrer da instrução processual restar evidenciado que Thiago ceifou a vida de Victor Hugo não para efetivar a subtração patrimonial, mas sim por ciúmes em contexto de relação amorosa, o julgamento de mérito, tanto do delito contra a vida quanto do delito patrimonial, deve caber ao Tribunal do Júri.
	Nesse contexto, a subtração patrimonial é mero indiferente penal, haja vista a relevância jurídica do crime de homicídio.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Fábio e Éviton foram abordados em via pública às três horas da madrugada, sendo apreendidos no bolso do primeiro três papelotes de substância vegetal e cinquenta reais em dinheiro trocado. Ato contínuo, os agentes policiais apreenderam o celular de Fábio e abriram o aplicativo whatsapp, descobrindo mensagens sugestivas de que o abordado praticava tráfico de drogas naquela área. Realizada a prisão, foi lavrado o flagrante pelos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico (artigos 33 e 35 da Lei de Drogas), posteriormente homologado em audiência de custódia. No interrogatório realizado pela Autoridade Policial, Fábio alegou ser apenas usuário de drogas e Éviton fez uso de seu direito ao silêncio. O Ministério Público denunciou Fábio e Éviton seguindo a mesma tipificação da Autoridade Policial. Os prints das conversas de whatsapp, tirados pelo Delegado de Polícia, foram juntados aos autos, assim como um laudo pericial indicando que cada papelote apreendido possuía cerca de 1 grama de maconha. Em audiência de instrução, Fábio relatou que não teve escolha ao entregar o seu telefone celular, e que seria apenas usuário de drogas. Éviton, por sua vez, permaneceu novamente em silêncio. Analise a situação e assinale a alternativa correta, segundo uma concepção garantista de processo penal:
	Não cabe a alegação de nulidade dos prints utilizados, uma vez que o celular foi apreendido em contexto de flagrante delito.
X	Caso sobrevenha sentença condenatória, e esta se fundamente nos prints juntados aos autos, a decisão se torna passível de impugnação pela nulidade dessa prova.

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	Caso Fábio seja condenado nos termos da denúncia, Éviton também deve ser, pois, diante das provas relatadas, é de se presumir a sua participação no empreendimento criminoso.
	A apreensão do dinheiro trocado e a existência de droga em papelotes separados afastam, por si sós, eventual tese defensiva de desclassificação da conduta para uso pessoal de drogas (art. 28 da Lei de Drogas).

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre o Acordo de Não-Persecução Penal - ANPP, assinale a alternativa correta:
X	A celebração do ANPP exige a confissão formal e circunstancial da prática de infração penal pelo agente.
	Nos termos legais, o ANPP pode ser celebrado mesmo quanto a infrações penais com violência ou grave ameaça.
	Delitos com pena mínima inferior a 8 (oito) anos podem ser objeto de ANPP.
	A celebração de ANPP tem preferência sobre a transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a dosimetria da pena, assinale a alternativa correta:
X	Apesar de inexistir critério legal, admite-se a aplicação da fração de 1/6 para atenuantes e agravantes, incidentes sobre o intervalo entre a pena mínima e a pena máxima do tipo penal ou sobre a pena-base, dependendo do que for maior.
	No cálculo da pena-base na primeira fase da dosimetria, a utilização de fração superior a 1/8 do intervalo entre a pena mínima e a pena máxima do tipo legal não demanda fundamentação pelo juiz.
	Processos criminais em andamento não podem servir como maus antecedentes, mas podem ser considerados para a valoração negativa da personalidade do agente na primeira fase da dosimetria.
	A morte da vítima, isoladamente, pode ser utilizada para valorar negativamente a circunstância judicial das consequências extrapenais do crime de homicídio na primeira fase da dosimetria da pena.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre os aspectos jurídicos do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa correta:

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	No âmbito de crime contra a mulher no ambiente doméstico, com violência ou grave ameaça, admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
	Para a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é plenamente aplicável o princípio da insignificância aos crimes e às contravenções praticados mediante violência ou grave ameaça contra a mulher, no âmbito das relações domésticas, em caso de reconciliação do casal.
	Não cabe ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher julgar a execução de alimentos fixados a título de medida protetiva de urgência em favor de filho do casal em conflito.
X	Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos crimes de lesão corporal leve cometidos contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar, a ação penal é pública incondicionada.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Com relação às infrações penais no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Superior Tribunal de Justiça entende que:
X	As disposições penais da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) são aplicáveis às mulheres trans em situação de violência doméstica.
	O princípio da insignificância é aplicável às contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
	A ameaça à vítima na presença de seu filho menor de idade não justifica a valoração negativa da culpabilidade do agente.
	Caracteriza bis in idem a incidência conjunta das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio nas hipóteses de delito praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma situação hipotética a respeito de práticas comerciais e contratos regidos pelo CDC, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com a jurisprudência do STJ.
	Determinado consumidor deu causa ao desfazimento de contrato de compra e venda de imóvel realizado junto a determinada construtora. Nesse caso, o consumidor, promitente comprador, tem direito à restituição integral das parcelas pagas.
	Carlos deseja ajuizar ação de prestação de contas em face de instituição financeira para obter esclarecimentos sobre cobrança de tarifas e encargos bancários. Nesse caso, o ajuizamento da demanda deve observar o prazo decadencial previsto no CDC para a hipótese de vício do serviço.

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	A administração pública aplicou multa administrativa a sociedade empresária em razão de envio reiterado de cartões de crédito sem a prévia e expressa solicitação do consumidor. Nesse caso, a multa é nula por ausência de fundamento legal, cabendo a cada consumidor lesado a busca pela reparação do dano na esfera judicial.
X	Para quitar as despesas pessoais, Rafael realizou contrato de mútuo com o banco X no valor de R$ 20 mil. Nessa situação, a cobrança, pela instituição financeira, de juros capitalizados será válida apenas se houver disposição contratual expressa nesse sentido.

Alternativa correta identificada com um 'X'	O emprego da expressão "pessoa com deficiência" no lugar de "pessoa deficiente", proposto pela Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, busca destacar que:
X	A deficiência é define-se também pelo meio social, podendo ser afastada com relação a um mesmo sujeito caso interaja em ambiente inclusivo.
	O exercício dos direitos previstos na convenção só podem ser garantidos àqueles devidamente cadastrados pela autoridade administrativa.
	Apenas serão beneficiários da proteção legal aqueles que obtiverem perante junta médica oficial a classificação "com deficiência".
	A deficiência é característica intríseca ao sujeito.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.
	O conceito de violência doméstica, para os fins da proteção da lei, exclui conflitos familiares envolvendo irmãos.
X	É objeto de proteção contra violência doméstica, inclusive, a relação familiar envolvendo padrasto e enteada.
	Compreende-se como família, para fins da lei, apenas entidade familiar formada por homem e mulher, independentemente da orientação sexual;
	Nenhuma das alternativas anteriores.

Alternativa correta identificada com um 'X' QUESTÃO ANULADA	Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher, assinale a opção correta.

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

	O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
	As lesões corporais de qualquer intensidade praticadas contra a mulher em contexto de violência doméstica ou familiar configuram crime a ser processado mediante ação pública incondicionada.
	Ao réu por crime de lesão corporal simples em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é cabível a aplicação de penas restritivas de direitos em substituição à pena privativa de liberdade.
	O princípio da insignificância é aplicável às infrações praticadas no âmbito das relações domésticas e familiares contra a mulher.

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ESPELHO DE CORREÇÃO QUESTÃO DISSERTATIVA - PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO

Enunciado da questão: Este ano, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas” completou dez anos. Discorra sobre os fundamentos da mencionada política, mencionando instrumentos normativos federais e estaduais que a embasam e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Espelho de correção	**Pontuação**
Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita	1,0 pt
Fundamentos da política de cotas - Dignidade e igualdade de todos os seres humanos; - Igualdade material e ações afirmativas; - Escravidão de povos negros, exclusão socioeconômica pós-abolicionismo e reparação histórica; - Racismo estrutural.	0,5 pt
Instrumentos normativos federais e estaduais Lei Federal nº 12.711/2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Decreto Federal nº 7.824/2012 - Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Lei Federal nº 12.990/2014 - Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Lei Estadual nº 10.404/2015 - Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública estadual, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo Estado do Maranhão.	0,5 pt
Entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema *ADC 41 / DF - DISTRITO FEDERAL - Tese* É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.	0,5 pt

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ADPF 186 / DF - DISTRITO FEDERAL ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATOS QUE INSTITUÍRAM SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS COM BASE EM CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL (COTAS) NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.	

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ANEXO III

INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	JULGAMENTO DOS RECURSOS
27167	Dayse Jasmin Assunção Folgado	Recurso referente à questão: “A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”. **Deferido. Questão anulada.** Recurso referente à questão: “Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[…]. **Deferido. Questão anulada.**
28590	Gabriella Oliveira Moraes Barbalho	Recurso referente à questão: “A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”. **Deferido. Questão anulada.**
28590	Gabriella Oliveira Moraes Barbalho	Recurso referente à questão:"Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[...] **Deferido. Questão anulada.**
26966	João Alexandre Costa Camapum	Recurso referente à questão: “A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”. **Deferido. Questão anulada.**
27448	Giulliano Arrais de Sousa	Recurso referente à questão: “A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”. **Deferido. Questão anulada.**
27590	Mikael de Jesus Sousa Costa	Recurso referente à questão: “A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”. **Deferido. Questão anulada.**
28624	Gabriella Lima Duarte	Recurso referente à questão: “Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[…]. **Deferido. Questão anulada.**
27966	Matheus Barros Campos	Recurso referente à questão: “Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[…]. **Deferido. Questão anulada.**

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

		Recurso referente à questão: Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma situação hipotética a respeito de práticas comerciais e contratos regidos pelo CDC[...] **Indeferido. Há apenas uma alternativa correta a ser assinalada. Não haveria como ser assinaladas três respostas com afirmações incorretas.**
27398	Nattaniely Sousa Lima	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[…]. **Deferido. Questão anulada.**
28431	Jamile Lima Martins	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher[…]. **Deferido. Questão anulada.** Recurso referente à questão: "O emprego da expressão "pessoa com deficiência" no lugar de "pessoa deficiente"[...] **Indeferido.** A expressão "com deficiência" busca justamente trazer o componente ambiental para a deficiência. Veja-se, nesse sentido, a doutrina de Flávia Piovesan: "o texto apresenta uma definição inovadora de deficiência, compreendida como toda e qualquer restrição física, mental, intelectual ou sensorial, causada ou agravada por diversas barreiras, que limite a plena e efetiva participação na sociedade. A inovação está no reconhecimento explícito de que o meio ambiente econômico e social pode ser causa ou fator de agravamento da deficiência.(...) Vale dizer, a deficiência deve ser vista como o resultado da interação entre indivíduos e seu meio ambiente e não como algo que reside intrinsecamente no indivíduo." PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva. 2010. p. 225. Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)". **Deferido. Questão anulada.**
27398	Nattaniely Sousa Lima	Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)". **Deferido. Questão anulada.**
27954	Sammyra Araujo Azevedo	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27954	Sammyra Araujo Azevedo	Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)". **Deferido. Questão anulada.**
27384	Ingrid Dequeixes Muniz	Recurso referente à questão: "O emprego da expressão "pessoa com deficiência" no lugar de "pessoa deficiente",

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

		proposto pela Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência [...]". **Indeferido**. Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27973	Graziella Xavier Soares Lustosa	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27816	davyd marcelo neves correa	Indeferido.
27815	davyd marcelo neves correa	Indeferido.
27035	Elayne Gabrielle Sousa da Silva	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.** Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)". **Deferido. Questão anulada.**
28380	Ana Luiza Silva Santiago	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27006	Mariane de Fátima do Couto Furtado	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
26975	Joara da Silva Sousa	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
28333	Paulo Henrique Oliveira Lima	Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC)". **Deferido. Questão anulada.** Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher [...]". **Deferido. Questão anulada.**
28612	Francisco Erivaldo Gurgel de Oliveira Filho	Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27956	Tiago Alves de Jesus Barreto	Recurso referente à questão: "A respeito de prevenção e reparação de danos ao consumidor, julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**

		(STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) [...]". **Deferido. Questão anulada.**
27956	Tiago Alves de Jesus Barreto	Recurso referente à questão: "Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher […]". **Deferido. Questão anulada.**

ASSINADO DIGITALMENTE POR **CRISTIANE MARQUES MENDES** EM **31/10/2022 15:59:43**
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSE: **https://defensoria.ma.def.br/guara/validar** CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: **55283c8a-7347-4257-a01c-8fa43836a98d .**